

**O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EAD NA UFG A PARTIR DA
EXPERIÊNCIA COM A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL**

***THE PROCESS OF INSTITUTIONALIZATION OF EAD AT UFG FROM THE
EXPERIENCE WITH OPEN UNIVERSITY OF BRAZIL***

Lilian Ucker PEROTTO¹

Marília de GOYAZ²

279

Resumo: O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o processo de institucionalização da EaD na Universidade Federal de Goiás a partir da experiência com a UAB - Universidade Aberta do Brasil. Para isso, apresentaremos dados e experiências que marcam a oferta de cursos na modalidade a distância na UFG, destacando o papel que assume o Centro Integrado de Aprendizagem em Rede no processo de institucionalização. Além disso, também apontamos os desafios institucionais que a educação a distância enfrenta diante de um cenário político e econômico complexo e que acabam por afetar certas práticas institucionalizantes.

Palavras-chave: Educação a distância. Universidade Aberta do Brasil. Institucionalização da EaD.

Abstract: This article aims to reflect on the process of institutionalization of EaD at UFG from the experience with the Open University of Brazil. For this, we will present data and experiences that mark the offer of distance learning courses at the Federal University of Goiás, highlighting the role of the Integrated Network Learning Center in the institutionalization process. In addition, we also point out the institutional challenges facing distance education in the face of a complex political and economic scenario that affect institutionalizing practices.

Keywords: Distance Education. Open University of Brazil. Institutionalization of EaD.

Introdução

A oferta de cursos a distância no contexto brasileiro de ensino superior, nas suas mais diversas modalidades de ensino, segue a tendência mundial. De geração em geração de

¹ Professora efetiva da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás. Doutora em Arte e Educação pela Universidade de Barcelona (Espanha). Mestre em Cultura Visual (UFG). Licenciada e Bacharel em Artes Visuais (UFSM). Coordenadora pedagógica do Centro Integrado de Aprendizagem em Rede (CIAR/UFG). E-mail: lilianuckerperotto@ufg.br

² Possui graduação em Educação Física pela Escola Superior de Educação Física de Goiás (1980) e mestrado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (2003). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Goiás, ocupando o encargo de diretora do CIAR - Centro Integrado de Aprendizagem em Rede da UFG e a Coordenação da UAB - Universidade Aberta do Brasil, na UFG. E-mail: mgoyaz@ufg.br

educação a distância (MOORE, KEARSLEY, 2008), o que temos acompanhado é que com a expansão desta modalidade, seja ela através do ensino privado ou da rede pública de ensino superior, as pessoas têm conseguido acesso ao ensino superior desde lugares mais remotos do nosso país, podendo também adaptar as condições da sua vida cotidiana.

O censo de educação superior, através das notas estatísticas de 2017, por exemplo, demonstra que entre 2007 e 2017, o número de ingressantes variou positivamente nos cursos de graduação presencial atingindo 19,0% e mais de três vezes (226,0%) nos cursos a distância (BRASIL, 2017). O documento evidencia que o aumento do número de ingressantes no período de 2016 e 2017 é motivado, principalmente, pela modalidade a distância, atingindo 1,8 milhões de matrículas que representa uma participação de 21,2% do total de matrículas da graduação.

Diante destes números e, conseqüentemente, de um mercado que está atento às transformações da sociedade contemporânea, universidades, centros universitários e faculdades, têm repensado sua atuação frente às mudanças impostas pelas tecnologias, que acabam por transformar nossa relação com o conhecimento e a forma como ele é construído. Para Tiffin e Rajasingham (2007, p. 68) o ensino "tem de corresponder aos processos de comunicação da episteme em que ocorre. Não há por que ensinar os alunos a escrever com pena e pergaminho se o mundo está usando computadores". A respeito do modo como as instituições devem enfrentar as mudanças do mundo contemporâneo, Tiffin e Rajasingham (2007, p. 68) destacam que "o projeto de ensino de uma universidade precisa refletir os costumes, os modos e estilos de comunicação da sociedade que serve". Neste sentido, podemos observar que além do incentivo a práticas e metodologias que envolvam o uso das tecnologias digitais, as instituições de ensino superior também tem dedicado a revisão de suas normativas para atender a oferta de cursos a distância, e também a oferta de disciplinas a distância nos cursos de graduação presencial.

Com a instituição da Universidade Aberta do Brasil por meio do decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, o contexto das instituições públicas federais e estaduais em relação a educação a distância foi definitivamente reconfigurado, promovendo uma série de mudanças nas políticas, na estrutura e também nas práticas pedagógicas. Na Universidade Federal de Goiás, instituição da qual fazemos parte, não foi diferente, a EaD "tornou-se parte da instituição" (PEROTTO; OLIVEIRA, 2017, p. 127) que através do sistema UAB não só possibilitou "uma grande rede de cooperação entre entes federados com o objetivo de

implementar um determinado modelo de EaD", mas também tem atuado como articuladora "entre as instituições de ensino superior e os gestores estaduais e municipais, para atender as demandas locais por educação superior" (BRANCO; PEIXOTO, 2018, p. 668).

Frente a estas colocações, para este artigo, compartilharemos dados e experiências que marcam a oferta de cursos na modalidade a distância na Universidade Federal de Goiás a partir da experiência com a Universidade Aberta do Brasil, analisando criticamente como os cursos da UAB impulsionaram a oferta de outros projetos que hoje têm sido desenvolvidos na universidade. Além disso, discorreremos sobre o papel que o Centro Integrado de Aprendizagem em Rede têm assumido diante do processo de institucionalização da EaD na UFG, entendendo institucionalização como a "incorporação, de modo orgânico e em âmbito organizacional, de práticas e modelos inerentes a determinado fenômeno que se apresenta inovador" (FERREIRA et al., 2018, p. 359). Para finalizar, sinalizamos os desafios que a instituição tem enfrentado para a oferta dos cursos, assim como nossas percepções sobre o cenário que se desenha no contexto das instituições públicas de ensino superior em relação a educação a distância.

A UAB e o papel do CIAR no processo de institucionalização da EaD na UFG

A EaD vem se consolidando nos últimos anos na UFG, acompanhando o seu expressivo crescimento no Brasil. Desde o ano 2000, com o surgimento da UFG Virtual, a Universidade Federal de Goiás vem incorporando a Educação a Distância (EaD) nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e estruturando órgãos e unidades para sua implementação. A institucionalização da EaD requer a construção de espaços físicos; aquisição e formação de recursos humanos; alterações em resoluções, e a busca de metodologias de ensino e de aprendizagem criativas, para que a educação a distância possa ser incorporada às estruturas organizacionais da universidade da mesma forma do ensino presencial já consolidado. Como apontam Ferreira, Rodrigues e Mill (2018, p. 359), todas essas mudanças são processuais e ocorrem gradualmente porque "pressupõe o intercâmbio de muitos saberes e a consecução de discussões entre os seus agentes, pois envolve mudanças em aspectos conjunturais da cultura estabelecida e, em alguns casos, já consolidada". Além disso, envolve a absorção e a aprovação da comunidade acadêmica para que ocorram avanços no processo de institucionalização da EaD na universidade, formalizando continuamente as suas ações. "Em seu caráter processual,

envolve a cristalização de conhecimentos, significados, valores e procedimentos, passando-se, organizacionalmente, do nível informal para o formal (Machado-da-Silva et al., 2001).

Um grande passo nesse processo de institucionalização da EaD foi dado em 2007, com a criação do CIAR – Centro Integrado de Aprendizagem em Rede da UFG, pela Resolução CONSUNI 02/2007, como um órgão suplementar da Reitoria com a finalidade de implementar e apoiar as atividades acadêmicas de graduação, pós-graduação, extensão e pesquisa integradas pelas tecnologias digitais de informação e comunicação e na modalidade a distância, desenvolvidas pela UFG.

A EaD tem sido contemplada no PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional, destacando o papel do CIAR na sua implementação, o que demonstra o envolvimento e o comprometimento da instituição com as inovações pedagógicas por meio da educação mediada pelas tecnologias digitais de informação e comunicação.

O item que trata das Práticas de formação de professores para a educação básica (p.24), diz que: “Na oferta dos cursos de licenciatura na modalidade a distância, o Centro Integrado de Aprendizagem em Rede (CIAR) assume o papel importante na articulação entre as tecnologias de informação e comunicação e os processos educativos”.

O papel do Centro Integrado de Aprendizagem em Rede é evidenciado nas metas do PDI quando se observa, principalmente, uma das ações vinculadas ao objetivo de aprimorar a gestão do ensino de graduação: “promover programa institucional de valorização de novas tecnologias nas atividades didáticas, inclusive por meio de melhor utilização de recursos e estratégias de educação a distância nos cursos presenciais”.

A ampliação do acesso aos cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância é colocada como uma das metas na implementação de políticas que favorecem a ampliação da atuação da UFG como instituição que promove a democratização do ensino, aliada ao compromisso institucional de garantir um processo de formação que contemple a dimensão técnico-científica para o mundo do trabalho e a política para a cidadania.

A UFG responde pela organização acadêmica, execução e gestão de seus cursos, pela definição dos currículos, elaboração de material didático, pela orientação acadêmica dos processos pedagógicos, dos sistemas de acompanhamento e avaliação da aprendizagem, pela formação e gestão do corpo docente, do técnico e do gestor, em sua sede e polos (PDI UFG - 2018/2022).

O PDI também destaca a relevância da EaD em uma das ações para o alcance dos objetivos e metas relacionadas à Extensão (OM 28): ampliar em 30% a participação de alunos de graduação, de pós-graduação e docentes em ações de extensão. A ação 5 é apoiar a realização de cursos de extensão a distância articulados à política de educação a distância da UFG. Em relação a pós-graduação, o documento atribui importância a EaD para a efetiva consolidação da política institucional, na perspectiva de contribuir para a disseminação do conhecimento, a formação de recursos humanos e a inclusão social. Nesse sentido, também coloca o incentivo à participação em editais do MEC, voltados aos cursos na modalidade a distância, como uma das metas para fortalecer os Programas de Pós-Graduação lato sensu voltados ao desenvolvimento tecnológico e científico, em âmbito estadual e nacional.

Observa-se nessas passagens do PDI que a Educação a Distância recebe destaque e é considerada essencial à consecução da missão da UFG como Instituição Federal de Ensino Superior. Além de implementar e apoiar atividades da EaD, presentes em várias passagens do documento antes mencionado, atualmente o CIAR tem participação central na coordenação geral e na definição das políticas institucionais para essa modalidade de ensino.

Como exemplo de sua atuação institucional, vale reproduzir um trecho do relatório de avaliação da UFG, referente ao ato regulatório de credenciamento publicado pelo Ministério da Educação em 2015 (código de avaliação no E-MEC: 102713, 2015)

Foi possível averiguar, na visita ao CIAR – Centro Integrado de Aprendizagem em Rede, que a instituição desenvolveu vigoroso sistema de produção de materiais instrucionais originais, fortemente articulados com as demandas dos cursos em EAD da UFG e que ampliam significativamente o compartilhamento de referências relevantes para o trabalho desenvolvido nos polos. [...] Destaca-se na atuação do CIAR a atenção dada ao desenvolvimento de materiais instrucionais em diferentes suportes para o apoio às atividades de tais cursos, assim como demais aspectos que permitem à UFG atuar na modalidade EaD.

A qualidade dos cursos a distância está relacionada ao compromisso institucional na consolidação dessa modalidade, aos conteúdos propostos, à atuação do corpo docente e à qualidade do material produzido para esse fim. No entanto, esses elementos estão diretamente ligados ao suporte que é dado a esses cursos por meio de: uma formação em EaD sempre atualizada para professores, tutores e pessoal de apoio técnico; do uso de um ambiente virtual bem organizado e atrativo para os alunos, de fácil acesso; de materiais didáticos de qualidade,

compatíveis com a modalidade, com o perfil dos alunos e com os objetivos dos cursos ofertados; e de uma equipe de gestão que faz as articulações necessárias ao desenvolvimento desses cursos.

Para isso, há necessidade de uma estrutura de suporte e apoio para as atividades dos cursos a distância e para os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem, com interação contínua que, além da dimensão pedagógica atua também nas dimensões administrativa e técnica. A criação de um Núcleo de EaD na instituição também era uma exigência para o credenciamento das IPES no Programa Universidade Aberta do Brasil. O CIAR cumpre esse papel na UFG e, desde a sua criação, as suas equipes de trabalho vêm ampliando e aprofundando os seus estudos sobre a EaD, seus fundamentos e métodos, e desenvolvendo ferramentas e aplicativos avançados para apoiar e promover atividades acadêmicas com uso das TDICs, que não têm se limitado aos cursos a distância.

Em 2006 a UFG iniciou as atividades no Sistema Universidade do Brasil, maior programa público de Educação a Distância no Brasil, que foi criado em 2005 pelo Ministério da Educação e instituído pelo governo federal por meio do Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006, buscando ampliar a oferta de programas de educação superior por meio da educação a distância, em parcerias articuladas com instituições públicas de ensino superior, governos municipais e estaduais.

A UFG aderiu ao projeto piloto de Administração Pública-Bacharelado em uma parceria com o Banco do Brasil e MEC/SEED. Paralelo a esse projeto, aderiu ao Pró-Licenciatura com o curso de Ciências Biológicas, sob a coordenação da UNB, tendo também a UEG - Universidade Estadual de Goiás como parceira. Na segunda fase do Pró-Licenciatura, além do curso de Ciências Biológicas, a UFG teve outros dois cursos aprovados (Portaria MEC nº 07, de 26 de setembro de 2006): Licenciatura em Artes Visuais (200 vagas) e Licenciatura em Física (50 vagas).

O segundo edital da UAB foi lançado em 2006 com a aprovação das propostas da UFG para a oferta dos cursos de Artes Cênicas, Artes Visuais, Educação Física e Física, que iniciaram em 2009. Ainda em 2009 a UFG aderiu ao Parfor – Plano Nacional de Formação de professores da Educação Básica, com a oferta de quatro cursos de licenciatura, que iniciaram as ofertas em 2011: Artes Cênicas, Artes Visuais, Ciências Biológicas e Educação Física. Além dos cursos

de graduação, em 2007 foi iniciado o curso de Especialização em Metodologia do Ensino Fundamental, com 163 formados em 2009.

Nos editais seguintes a UFG ampliou a oferta de cursos a distância pela UAB em diferentes níveis: graduação, pós-graduação lato sensu e extensão. Além dos cursos a distância da UAB, a UFG participou de outras chamadas públicas do Governo Federal, com a oferta de cursos de especialização, extensão e aperfeiçoamento pela SEB – Secretaria de Educação Básica e pela SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Embora os cursos a distância da UFG sejam ofertados pelas unidades acadêmicas, assim como os cursos presenciais, cabendo-lhes a responsabilidade pedagógica por eles, a coordenação geral dos cursos do programa UAB é feita no CIAR, que atua como núcleo de educação a distância junto à CAPES. Esse núcleo é o responsável pelas articulações do Programa UAB, pelas orientações aos coordenadores de cursos e às suas equipes, pelo suporte e pelo acompanhamento às atividades dos cursos, e pela prestação de contas junto à DED – Diretoria de Educação a Distância da CAPES.

A experiência adquirida desde a adesão à UAB tem contribuído significativamente para o processo de institucionalização da EaD na UFG. Há uma grande demanda por objetos de aprendizagem, webconferências, cursos de formação e planejamento de cursos, que chegam das unidades acadêmicas, dos pesquisadores, de grupos de estudos e projetos de extensão. A tendência é de que o trabalho cresça cada vez mais pelos resultados já alcançados e pela potencialidade do CIAR em contribuir para o desenvolvimento institucional com produção de conhecimento e de objetos educacionais baseados em tecnologias digitais de informação e comunicação. O número de formados nos cursos a distância da UFG até 2018 é de mais de 11.000.

O envolvimento do corpo docente da instituição com a educação mediada pelas tecnologias tem uma grande relevância na formação contínua desses sujeitos, refletindo no processo de ensino e aprendizagem nas modalidades presencial e a distância. Os desafios colocados desencadearam inúmeras reflexões sobre os modelos de EAD, sobre as formas de ensinar e aprender e sobre o papel social da instituição na democratização responsável do ensino superior de qualidade. Embora o modelo organizacional do Sistema UAB seja caracterizado como “Fordista”, vinculado a um modelo de fomento frágil e instável, a capacidade intelectual e criativa dos professores e demais profissionais das universidades públicas integrantes do

sistema UAB levou à superação de vários problemas inerentes a esses modelos propostos para a UAB. Para Mill (2011) a UAB contribui com os processos de consolidação e qualificação dos sistemas de EaD nas instituições que integram o sistema, promove o desenvolvimento institucional e a formação de pessoal e promove o aperfeiçoamento da crítica aos modelos de EaD praticados.

A socialização dos conhecimentos e práticas do ensino a distância e das suas tecnologias nos diferentes campos de intervenção do ensino superior tem promovido ações inovadoras na prática docente, integrando o ensino presencial com o ensino a distância. Vários professores que atuam ou atuaram em cursos a distância na UFG incorporam os conhecimentos apreendidos nessa modalidade de ensino às suas aulas dos cursos presenciais. Alguns mantêm salas virtuais para as suas turmas presenciais, possibilitando aos alunos o acesso constante ao conhecimento tratado nas aulas por meio de objetos de aprendizagem online, sem computar essas atividades na carga horária da disciplina. O material pedagógico também fica disponível nessas salas, bem como espaços de comunicação entre os alunos e professores, como fóruns e chats. Além disso, o envio de tarefas tem sido facilitado por meio da plataforma *Moodle* Ipê, que desde 2016 é gerenciada pelo CIAR.

A atuação em cursos a distância também tem contribuído para a adoção dos 20% da carga horária dos cursos presenciais com disciplinas utilizando a modalidade a distância, conforme prevê a lei. A implantação e implementação dos 20%, com a possibilidade de ofertar até 40% da carga horária do curso com atividades a distância, regulamentadas pela Portaria Nº 1428, de 28 de dezembro de 2018, requer um suporte aos cursos tanto na dimensão técnica, que diz respeito às condições de funcionamento, aos aspectos operacionais e inclusão digital de professores e alunos, como também na dimensão didático-pedagógica, relacionada ao modelo de organização do trabalho pedagógico, às metodologias de ensino, às diretrizes institucionais, e à formação dos docentes para atuarem com inovações pedagógicas de uma educação híbrida, integrando formas de atuar presencialmente e a distância. Para optar pelos 20% da carga horária do curso que podem ser ministrados a distância, na forma explícita nessa Portaria, é essencial compreender o modo como essa modalidade de ensino deve ser estruturada tendo como referência o padrão de qualidade almejado nos cursos. Para isso, é fundamental a estruturação das equipes que dão apoio e suporte aos cursos, pois, além de uma infraestrutura material

correspondente à abrangência da proposta educacional, os recursos humanos envolvidos nesse processo são fundamentais para atingir a qualidade de ensino socialmente referenciada.

A EaD e seus desafios institucionais

A implementação de cursos a distância, bem como a oferta de disciplinas a distância em cursos presenciais, demanda uma série de ajustes e investimentos em um sistema de gestão arrojado que permita a incorporação dessa modalidade de ensino aos meios disponíveis na Instituição. Ferreira et al. (2018, p. 361) destaca que a institucionalização da EaD está relacionada "a um conjunto de decisões estratégicas e medidas a serem adotadas por seus agentes [...]". Contudo, tais medidas envolvem várias instâncias da universidade, pois dependem de intervenções de diferentes órgãos e unidades acadêmicas que são diretamente responsáveis por algumas das atividades que compõem esse projeto que é complexo, mas que pode promover avanços significativos no processo de ensino e aprendizagem. Além dos gestores, os professores devem estar atentos às questões pontuadas e também às dinâmicas didático-pedagógicas próprias da modalidade a distância, pois elas superam as práticas convencionais do modelo presencial.

Apesar dos limites impostos pelo atual modelo de financiamento das universidades federais, os avanços conquistados desde a entrada da UFG no Sistema UAB são inúmeros, e os cursos ofertados via este programa, são exemplos para aqueles(as) que almejam ofertar cursos a distância, sejam eles de aperfeiçoamento, extensão, graduação e pós-graduação. Apesar dos cursos UAB seguirem um modelo com base no seu financiamento, é a partir e em diálogo com a experiência da UAB, que novos modelos e propostas de cursos têm emergido no contexto da universidade. Nos últimos anos, o CIAR tem auxiliado e acompanhado estas novas propostas ministrando cursos de formação e produzindo materiais didáticos para os mesmos. De cursos de graduação e especialização, passamos a atender ofertas de núcleos livres, cursos de aperfeiçoamento na área de saúde, especializações na área da engenharia, e ainda órgãos da universidade que tem investido na oferta de cursos de capacitação para a comunidade acadêmica.

Um fato que merece ser destacado neste texto, é que em 2018, a direção do CIAR passou a fazer parte da Equipe de Gestão Superior da universidade, que se reúne semanalmente para definir as políticas e ações a serem implementadas na instituição, juntamente com os pró-

reitores e secretários. Além disso, na UFG, o CIAR tem assento no CONSUNI – Conselho Universitário, no Conselho Gestor da Regional Goiânia, na Câmara Regional de Graduação – Goiânia; integra o SINAce - Sistema Integrado de Núcleos de Acessibilidade da UFG, o CTI/UFG – Comitê de Tecnologia da Informação, a Comissão de Desenvolvimento do Ensino Inovador e Criativo da PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação, e tem representação na Comissão de pós-graduação Lato Sensu da PRPG – Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Essas participações são fundamentais para que as ações relacionadas à educação mediada pelas tecnologias digitais de informação e comunicação da universidade sejam formalizadas pela definição de políticas que almejam uma educação híbrida de qualidade, onde a modalidade presencial e a modalidade a distância sejam contempladas nos projetos e nas resoluções internas de forma integrada.

A gestão acadêmica é um aspecto importante e complexo de um projeto institucional de educação a distância. Ela deve ser integrada aos demais processos da instituição, dando aos alunos dos cursos a distância as mesmas condições e suporte que é dado aos alunos dos cursos presenciais. No entanto, a logística dos cursos a distância envolve um conjunto de processos que não são usuais nos cursos presenciais, pois eles têm uma configuração diferenciada. Essas mudanças levam a um novo modelo de financiamento das IPES, que deve constar na Matriz orçamentária, considerando as especificidades da educação a distância, tendo em vista que essa modalidade tem um formato que extrapola as exigências do modelo presencial. O modelo de matriz orçamentária e de distribuição de códigos de vagas ainda são entraves para as universidades federais que ofertam cursos a distância. Paralelamente às adequações nas normas internas da instituição, o engajamento em movimentos organizados de representação das instituições públicas de ensino superior junto aos legisladores é de extrema importância para a institucionalização da educação a distância, que exige alterações na legislação vigente, que não contempla as necessidades específicas dessa modalidade.

Progressivamente as normas e regulamentos da UFG estão sendo revistas e alteradas para contemplar as especificidades da educação a distância incorporando-a nas dinâmicas institucionais, tanto na dimensão técnica, como também na dimensão didático-pedagógica. Como afirmam Ferreira e Carneiro (2011), “o estabelecimento de modelos (organizacionais, pedagógicos e administrativos) é fundamental à caracterização do processo de institucionalização da EaD nas IES integrantes do Sistema UAB.”

O trabalho articulado do CIAR com as pró-reitorias, com os demais órgãos e com as unidades acadêmicas da UFG fortalece as suas ações internas e também as ações externas, pois sendo o órgão articulador da educação a distância da universidade, interage, debate, apresenta propostas e trabalha colaborativamente com outros órgãos e instituições externas à UFG. Espera-se que essas ações desenvolvidas de forma integrada com as pró-reitorias contribuam também com a superação de paradigmas cristalizados em uma considerável parte da comunidade acadêmica sobre a EaD, que minimizam a sua importância e criam uma resistência às suas práticas.

Muitas dificuldades se fazem já sentir para mudanças no ensino superior: os professores tendem a encarar com desconfiança e resistência a introdução de inovações tecnológicas em suas práticas, em geral reagem negativamente à mudança [...] A formação continuada e o envolvimento em equipes de projetos inovadores poderão contribuir fortemente para as mudanças no papel e nas mentalidades do corpo docente das Instituições de Ensino Superior (BELLONI, 2009, p.107).

Embora o Programa UAB esteja dando uma contribuição importante para o desenvolvimento do ensino a distância, os programas do governo federal sofrem interferências políticas que impactam na sua continuidade, por mais relevantes que sejam para a sociedade. Estamos de acordo com Pereira et al. (2018, p. 362) quando afirmam que "[...] as políticas dos órgãos de fomentos da EaD no Brasil não contribuem efetivamente para a institucionalização da modalidade, pois não conferem um status de perenidade as ações [...]". Além disso, a atual conjuntura política e econômica do país promoveu uma série de mudanças no panorama dos programas de cursos a distância do Governo Federal, com efeitos diretos na gestão desses cursos nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES). Diante deste contexto, o CIAR teve que rever suas formas de atuação com o intuito de minimizar os prejuízos causados pelos cortes drásticos nos recursos provenientes dos órgãos de fomento. A expansão das ações do CIAR dentro e fora da UFG tornou-se imprescindível para o desenvolvimento institucional, de forma mais integrada com as Pró-Reitorias. Embora o CIAR seja um órgão de gestão, suas ações permeiam as áreas de ensino, pesquisa e extensão, conforme está previsto na Resolução CONSUNI 02/2007. No entanto, ainda há muito a fazer para que a institucionalização da educação a distância se concretize na UFG. Há necessidade de uma estruturação mais arrojada, em âmbito institucional, de ações permanentes de suporte à EaD e ao uso de objetos de

aprendizagem e ferramentas tecnológicas nas diversas atividades da instituição, para atendimento às metas do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFG. Embora a gestão superior estimule e apoie a institucionalização da educação a distância, a atual conjuntura não favorece que os avanços ocorram no ritmo almejado.

Diante do que temos vivenciado na nossa trajetória na educação a distância, podemos afirmar que está havendo um retrocesso nos últimos anos em relação aos estímulos para a oferta de cursos a distância pelo programa UAB, principalmente no que se refere a fomento. Na implantação desse programa, que, conforme descrito anteriormente, foi propulsor de medidas básicas para desencadear o processo de institucionalização da educação a distância nas IPES credenciadas, o suporte dado pelo Governo Federal foi suficiente para as instituições de ensino e os polos onde os cursos seriam ofertados se estruturarem fisicamente e prepararem as equipes docentes e de apoio administrativo dos cursos. Mesmo havendo críticas ao modelo de fomento que inicialmente ficou sob responsabilidade do FNDE/MEC - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e depois passou à CAPES, as IPES conseguiam fazer a gestão dos recursos disponibilizados de modo a garantir a qualidade e o bom funcionamento dos cursos.

A partir de 2015 alguns procedimentos que vinham sendo adotados no Programa UAB foram alterados pela CAPES, com mudanças nos parâmetros de fomento dos cursos. Não só os cursos que iniciaram no ano seguinte, mas também os cursos que estavam em andamento tiveram que rever a organização do trabalho pedagógico em função dos cortes orçamentários. A redução do número de bolsas de tutoria e dos recursos de custeio afetou negativamente a realização das atividades presenciais nos polos. Além dos problemas relacionados ao contingenciamento de recursos para a UAB, que tem sido crescente ano a ano, decretos e portarias que regulamentam a EaD no país e a contratação de bolsistas para o programa UAB/CAPES foram publicadas sem a participação dos entes envolvidos. Muitas dessas alterações ferem a autonomia das IPES, causando uma série de transtornos ao processo pedagógico e de gestão dos cursos. Ao mesmo tempo, outras medidas legais flexibilizaram as exigências para a oferta de cursos a distância por instituições de ensino superior, o que gera preocupações com a diminuição do rigor em relação à criação de cursos nessa modalidade, medida que facilita que instituições privadas, que não têm os mesmos compromissos sociais das IPES, ampliem o número de cursos e vagas sem primar pela qualidade na formação. Esse

rápido crescimento da oferta de cursos a distância nos últimos anos, demonstrados pelos dados estatísticos do INEP (BRASIL, 2017), se deve, principalmente às instituições privadas, que foram beneficiadas pelo novo marco regulatório da educação superior a distância (Decreto 9.057, de maio de 2017).

Os entraves ao desenvolvimento da educação a distância pública, gratuita e de qualidade referenciada socialmente não param por aí. As recentes medidas do Governo Federal, em relação à Educação e, especificamente, às universidades e institutos federais, com interferência na autonomia universitária e cortes de recursos discricionários, geraram uma crise sem precedentes, atingindo mais uma vez os projetos de educação a distância. As ações de apoio ao programa UAB desenvolvidas pelas universidades e institutos federais em complementação às ações fomentadas pela CAPES também são prejudicadas pelos cortes e intervenções do atual Governo, que tomou posse em janeiro de 2019. Como a UAB é um programa de Governo e não de Estado, fica cada vez mais frágil diante das constantes mudanças nas representações governamentais. Mas, as contribuições já dadas pela UAB ao processo de institucionalização da EaD nas IPES são inegáveis e extremamente relevantes.

Apesar de tantos desafios para integrar e promover a educação a distância na universidade, reconhecemos que estamos avançando cada vez mais neste ato contínuo que envolve muitos atores e mudanças na legislação vigente. A história nos mostra que, embora a realidade seja complexa e contraditória, a UFG têm enfrentado com responsabilidade todos os obstáculos para cumprir o compromisso social de democratização do ensino superior de qualidade. Acreditamos que a educação a distância, além de potencializar os processos de ensinar e aprender, é também capaz de transformar contextos, aproximando as instituições públicas de ensino superior daqueles que desejam conquistar um diploma universitário.

Referências bibliográficas:

BELLONI, Maria Luiza. *Educação a Distância*. 6ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

BRANCO, Juliana Cordeiro Soares; PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. Universidade Aberta do Brasil. In: MILL, Daniel (org.). *Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância*. Campinas, SP: Campinas, 2018. p. 667-670.

BRASIL. MEC. Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006. Dispõe sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

BRASIL. MEC. Decreto nº 9057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o Artigo 80 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Censo da educação Superior: notas estatísticas - 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf> Acesso em: mar. de 2019.

292

BRASIL. MEC. Universidade federal de Goiás (UFG). PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018/2022. Disponível em: https://secplan.ufg.br/up/1094/o/PDI-UFG_Plano_de_desenvolvimento_institucional.pdf?1540505477

FERREIRA, M.; CARNEIRO, T.C.J. 2015. *A institucionalização da educação a distância no ensino superior público brasileiro: análise do sistema Universidade aberta do Brasil*. Porto Alegre, Educação Unisinos, volume 19, número 2, maio/agosto 2015, p. 228-243.

MACHADO DA SILVA, C.L.; FILHO, E.R.G.; NASCIMENTO, M.R.; OLIVEIRA, P.T. 2001. Formalismo como mecanismo institucional coercitivo de processos relevantes de mudança na sociedade brasileira. In: Encontro Nacional ANPAD, 25º, Foz do Iguaçu, 2001. *Anais... ANPAD* [CD-ROM].

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. *Educação a distância: uma visão integrada*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MILL, Daniel. 2011. Virtudes e dificuldades da Universidade Aberta do Brasil (UAB): uma breve análise. In: F. LITTO; M. FORMIGA, *Educação a distância: estado da arte*. 2ª ed., São Paulo, Pearson, p. 280-291

PEROTTO, Lilian Ucker; OLIVEIRA, Meirilayne Ribeiro. Formação para docência no ensino superior em tempos tecnológicos. In: LIMA, Daniela Costa Britto; SANTOS, Catarina de Almeida; TOSCHI, Mirza Seabra (orgs). *Educação a distância (EaD): realidades, evolução e contextos*. Anápolis: Editora UEG, 2017. p. 127-136.

TIFFIN, John; RAJASINGHAM, Lalita. *A universidade virtual e Global*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Enviado: 10/08/2019

Aceito: 09/06/2020